Número do funcionário	Nome	Observações
59030	José Alberto C. Cerqueira Gonçalves	(b)
2446	José Álvaro Carvalho Meneses	(b)
1717	José António E. Conceição Pereira	(b)
4696	José António Figueiredo Sousa	(a)
863	José António Rodrigues Lamas	(b) e (c)
860	José Carlos Oliveira Esteves	(b)
4494	José Manuel Justino Graça	(b)
512	José Manuel Marques Filipe	(a)
7012	José Manuel Pires	(a)
4501	José Rodrigues Gamboa	(b)
5223	José Rodrigues Santos	(a)
54021	José Vítor Pacheco Santos	(b)
57081	Justino Manuel Garcia Nunes	(a)
7674	Leandro Nunes Belo	(b)
11786	Lúgia Rosário V. A. Oliveira Eisele	(a)
508	Lisbela Maria Dias Gomes	(a)
507	Luís Filipe Fernandes Martins	(a)
506	Luís Filipe Santos Capitão	(b)
12233	Luís Jorge J. Teixeira Norte	(b) e (c)
43008	Luís Manuel A. Henriques Santos	(b) e (c)
58096	Luís Manuel Coelho Laranjeira	(a)
11038	Luís Miguel A. Gordinho Reino	(a)
59031	Luís Nuno G. Vila Afonso	(b) e (c)
53302	Luísa Maria Dolores Duarte	(b)
2516	Manuel Adriano Caldeira Gil	(b) e (c)
4110	Manuel António Ladeira Correia	(a)
4540	Manuel Bernardo Castilho	(b) e (c)
267	Manuel Gregório Silva Martins	(a)
9239	Manuel Noé Silva	(b)
10909	Manuel Pedro Marques Sousa	(a)
13094	Maria Albertina Sousa	(a)
1735	Maria Alcídia Lobo	(a)
13224	Maria Céu Tadeu Santos	(a)
45029	Maria Conceição B. Amaral Sanches	(b)
433	Maria Conceição Teixeira Henriques	(a)
10245	Maria Dalila R. R. V. Serra Moura	(a)
12591	Maria Elisa S. M. Conceição Barreira	(a)
12303	Maria Eugénia	(b)
12119	Maria Fátima Marteleira	(a)
12667	Maria Fátima Santos Faria	(a)
2583	Maria Fernanda J. Santos Rodrigues	(b)
496	Maria Florinda Marques Martins	(a)
432	Maria Graciete S. P. A. Correia Pires	(a)
2591	Maria Helena A. Junqueira Faria	(b)
12052	Maria Helena Marques Paixão	(a)
12118	Maria Helena Reis Capinha	(a)
542	Maria Hermínia Morgado Jacinto	(a)
12187	Maria Ilídia M. Machado Ribeiro	(b)
2597	Maria Inocência Bastos Campos	(b)
48062	Maria João R. Martins Agostinho	(b)
12406	Maria José G. Salgueiro Curinha	(a)
41017	Maria Júlia Magano Paulo	(b)
10564	Maria Leonor A. Dias Santos	(a)
53311	Maria Leonor S. Belo Sequeira	(b)
10077	Maria Lourdes D. Vasconcelos Cruto	(a) e (c)
11370	Maria Manuela Marinho Macedo	(a)
8914	Maria Nazaré B. T. Azevedo Silva	(b)
12393	Maria Perpétua Soares Cavaco	(a)
2645	Maria Piedade A. S. R. Carrasco Serralha	(a)
2648	Maria Rosário A. R. Candeias Belchiorinho	(a)
12285	Maria Sameiro S. F. Oliveira Campos	(a)
5740	Maria Teresa S. Gonçalves Macor	(b)
6309	Mário Conceição P. Camilo Pastor	(a)
11957	Miguel José M. Marques Cunha	(b)
3621	Miguel Vital Andrade Sousa	(a)
6978	Olávio Joaquim C. A. Silveira Dias	(b)
10976	Paula Margarida A. S. Ferreira Araújo	(a)
2214	Paulo Jorge Borges Ferreira	(b)
13218	Porfírio José Cristo Mestre	(a)
6331	Rafael José Castro Sousa	(a)
8670	Raul António Santos Martins	(b)
53320	Rui Manuel Costa Santos	(a) e (c)
2700	Susana Helena M. Baptista Cruz	(b)
7021	Tomás Conceição	(b)

Número do funcionário	Nome	Observações
5872	Vasco Agudo Marques Lourenço	(b) e (c)
5882	Virgínia Jesus Ribeiro Carreira	(b)
11053	Zélia Maria S. Cajeira Pedroso	(a)

(a) Não aprovado por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores.
(b) Faltou à prova. Nos termos do n.º 1.6 do Regulamento de Avaliação Permanente, inicia novo ciclo de avaliação.
(c) Classificação de serviço inferior a *Bom*.

17 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 310/2006. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 1620/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 10 de Fevereiro de 2006, a p. 1948, rectifica-se que onde se lê «Maria Helena Martins Pernadas, inspectora tributária assessora» deve ler-se «Maria Helena Martins Pernadas, inspectora tributária principal».

17 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção de Finanças de Setúbal

Despacho (extracto) n.º 4887/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — I — Competências delegadas. — Nos termos dos n.ºs 1.9, 8.6, 9 e 11 da parte II e 1, 2 e 6 da parte III do despacho n.º 16 004/2005 (2.ª série), do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2005, subdelego nos directores de finanças-adjuntos, nos chefes de divisão e nos chefes de finanças a seguir indicados as competências delegadas que se indicam:

1 — No director de finanças-adjunto licenciado José do Carmo Raposo:

1.1 — Subdelego as competências constantes das alíneas b) a l) do n.º 8.6 da parte II do despacho n.º 16 004/2005 (2.ª série), do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 27 de Julho de 2005.

2 — Na chefe de divisão de Tributação, licenciada Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado:

2.1 — Autorizar a rectificação dos conhecimentos da sisa, quando da mesma não resulte liquidação adicional.

3 — Nos chefes de finanças, bem como nos adjuntos de chefes de finanças, da Secção de Cobrança abrangidos pelo n.º 2 da resolução n.º 1/2005, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas:

3.1 — As competências para apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública.

II — Competências próprias. — Delego, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º do Código do Procedimento Administrativo e 62.º da lei geral tributária (LGT), as competências que se indicam e pela forma seguinte:

1 — No director de finanças-adjunto licenciado José do Carmo Raposo:

1.1 — A avaliação directa e indirecta da matéria colectável prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 82.º da LGT, resultante de processos de acções inspectivas, nos termos e com os limites fixados dos números seguintes;

1.2 — A alteração dos elementos declarados pelos sujeitos passivos para efeitos de IRS, nos termos do n.º 4 do artigo 65.º do CIRS, até ao limite de € 500 000 por cada exercício;

1.3 — Determinar o recurso à aplicação de métodos indirectos nos termos dos artigos 28.º e 39.º do CIRS, bem como dos artigos 87.º e 90.º da LGT, até ao limite fixado no número anterior;

1.4 — Proceder à fixação do conjunto de rendimentos líquidos previstos no n.º 2 do artigo 65.º do mesmo Código, até ao limite fixado no n.º 1.2;

1.5 — Determinar o recurso à aplicação de métodos indirectos nos termos do artigo 54.º do CIRC, bem como dos artigos 87.º e 90.º da LGT;

1.6 — Fixação da matéria tributável sujeita a IRC, nos termos dos artigos 54.º do respectivo Código, 87.º e 90.º da LGT, bem como nos casos de avaliação directa com correcções técnicas ou meramente aritméticas resultantes de imposição legal, nos termos dos artigos 81.º e 82.º da LGT, até ao limite de € 1 500 000, por cada exercício;

1.7 — Determinar o recurso à aplicação de métodos indirectos, nos termos dos artigos 84.º do CIVA e 87.º e 90.º da LGT;

1.8 — Fixação do IVA em falta, nos termos dos artigos 84.º do respectivo Código e 87.º e 90.º da LGT, até aos montantes de imposto